



ATA DA VIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e quarenta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. “*Ata da Vigésima Sétima Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Três da Vigésima Sexta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 1-0187 e 1-0189/2023, da Caixa Econômica Federal; Ofícios nºs 342 a 347/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.948 e 1.949/2023, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande; Carta nº 150/2023, da Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A; Carta nº 883/2023, da Telefônica Brasil S/A. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Junior Mochi, Pedro Kemp, Pedrossian Neto, Renato Câmara, Zeca do PT, Lia Nogueira, Mara Caseiro, Professor Rinaldo, Lidio Lopes e Lucas de Lima. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Rafael Tavares, João Mattogrosso, Neno Razuk, Paulo Corrêa e Jamilson Name. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp e Zé Teixeira. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 47/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 11/2023, de autoria do deputado Coronel David; Projeto de Lei nº 16/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Lei nº 31/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Fabiano dos Santos; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos familiares de Maria Aparecida da Silva; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à empresa Vetmais Agropecuária, em nome de seu proprietário, senhor Luiz Antônio Hortêncio, pela comemoração de seus 27 anos de criação, celebrados em 1º de abril de 2023; requerimentos de moção de congratulação, de autoria dos deputados Renato Câmara e Lia Nogueira, endereçada à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems), pelos 30 anos de sua criação; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à empresa Ducal Materiais de Construção pelos 30 anos de sua fundação; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia*”



*Nogueira, endereçada aos técnicos do Samu senhora Sara Miguel Raidan e senhor Alison Lemes Ferreira, parabenizando-os pela atuação exitosa no socorro a uma mulher, que estava em avançado trabalho de parto, sendo que os técnicos tiveram de realizar o parto na residência da pessoa atendida, improvisando materiais; requerimento de moção de congratulação de autoria do deputado João Mattogrosso, endereçada ao doutor Roberto Gurgel de Oliveira Filho, delegado-geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, que foi eleito em 12 de abril do corrente ano como presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia (CONCPC) para o biênio 2023/2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares primeiro-sargento Juliano Ximenes e terceiro-sargento Diames Quintana, pelo reconhecimento ao evitar que uma mãe e seus quatro filhos viessem a óbito em razão de estarem trancados em uma residência que estava sendo consumida pelas chamas; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao terceiro-sargento da Polícia Militar senhor Carlos Roberto do Nascimento, por ter evitado, com bravura, a tentativa de suicídio de um munícipe coxinense; requerimento, de autoria da deputada Lia Nogueira, solicitando a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, e que seja determinado à essa frente parlamentar o acompanhamento da implantação do plano de segurança do Governo do Estado, que visa a coibir casos de violência na Rede Estadual de Ensino; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Pedro Kemp, Lia Nogueira, Coronel David, Rafael Tavares, Renato Câmara, Mara Caseiro, Zé Teixeira e Marcio Fernandes. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezoito de abril do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, expediente da Sessão Ordinária do dia 19 de abril de 2023: Ofício nº 240/2023, do Ministério da Saúde - Coordenação de Gestão Técnica e Administrativa, respondendo a indicação do deputado Barbosinha; Ofício nº 10.458/2023, da Agência Nacional de Mineração (ANM) respondendo a indicação do deputado Pedro Kemp; Ofício nº 3478/2023, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicação da deputada Lia Nogueira; Ofício nº 1.981/2023, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, respondendo a indicação do deputado Pedro Kemp. Senhor presidente, está lido o expediente. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Gostaria de ser designado em missão oficial desta Casa, senhor presidente, para representá-la numa reunião sobre o Plano Gestor e Diretor do Município de Porto Murtinho, que está sendo apresentado neste momento pela Universidade de Curitiba, fundada pelo ilustre arquiteto Jaime Lerner. O plano está sendo apresentado primeiro na Assomasul, e às 15 horas será apresentado ao governador Eduardo Riedel... E terei também a ajuda do Zeca do PT.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu vou autorizar desde que o senhor represente a Casa, e que o acompanhe o nosso governador Zeca do PT.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Ficarei muito honrado, meu governador. Um abraço, governador. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, uso do expediente para requerer que a Mesa nos faça o obséquio, cumprindo o Regimento Interno, de publicar a criação da Frente Parlamentar em Apoio aos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate à Endemia. Essa frente parlamentar existia na legislatura passada, e diante de vários pedidos de agentes comunitários, de associações, de sindicatos, nós estamos reeditando a frente, medida necessária, principalmente em época de epidemias como a que estamos vivendo (dengue, chikungunya, zika, etc.). O agente comunitário é peça fundamental no enfrentamento ao Aedes Aegypti, é ele que vai nas casas, que tem esse primeiro contato com a população, que faz várias interferências, passa informações. Ocorre que o agente comunitário de saúde acaba ficando isolado em alguns municípios, e precisa de apoio político, precisa de uma articulação entre o estado e a prefeitura, numa ação conjunta em apoio a esses agentes: apoio na locomoção, apoio no fornecimento de materiais, uniformes, equipamentos, EPIs... Enfim, a frente parlamentar tem feito um grande trabalho em parceria com os agentes comunitários. Além disso, senhor presidente, nós apresentamos um projeto de lei nesta Casa, aprovada e sancionada pelo governador, onde se estabelece o plano estratégico de ação dos municípios. Ontem, apresentei na Casa um pedido direcionado ao município de Dourados e ao Estado, para que apresentem qual é o plano estratégico de ação de combate à dengue, ao Aedes Aegypti, que o município fez. Esse plano de contingenciamento é necessário, porque estabelece ações, um cronograma, como será a atuação do município diante dessas situações. E quando não existe esse plano, os agentes de saúde ficam praticamente à mercê da situação, sem uma orientação definida pela Secretaria Municipal de Saúde. De modo que essas ações todas são desenvolvidas pelo agente de saúde, têm a participação deles; e a frente parlamentar tem efetivamente se reunido, discutido... E discutido não só com agentes de saúde de determinado município, mas com agentes de saúde de todo o estado, em reuniões presenciais e on-line. Então é uma ação que a Assembleia tem feito e tem dado muito resultado, e eu gostaria, senhor presidente, de pedir o apoio dos nobres colegas, que também assinem essa frente parlamentar; porque todo deputado tem a sua região de maior atuação e pode, com certeza, interferir para a melhoria da atuação dos agentes comunitários. O deputado Professor Rinaldo, muito atuante, sempre colocando ideias, ações, já externou aqui a vontade de continuar participando dessa frente que tem dado muito resultado. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Professor Rinaldo.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, apenas para encaminhar à Mesa duas indicações. A primeira delas, após ouvido o colendo Plenário, é encaminhada à senhora prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Domingos Sahib Neto, solicitando com urgência a realização da Operação Tapa-Buraco no bairro Vivendas do Bosque, especificamente na rua Canandrina, nesta Capital. A outra também vai para o secretário municipal de Infraestrutura, a quem solicitamos com urgência a troca da lâmpada do poste da rua Bilac Pinto, no cruzamento com a rua Gabriel, no bairro Boa Vista, nesta Capital. É o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados. Eu quero apresentar uma moção de congratulação destinada ao ilustríssimo doutor Ricardo Ayache, pela posse como presidente eleito da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso Sul (Cassems), ocorrida no dia 13 de abril de 2023, extensiva a toda a diretoria e ao Conselho Fiscal. Também quero apresentar uma indicação deste Poder ao senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, diretor-presidente da Energisa/MS, reiterando o pedido de regularização da energia no município de Juti. Nós já fizemos uma indicação à Energisa no mesmo sentido; em 2022 encaminhamos uma solicitação à empresa reivindicando a regularização da distribuição de energia no município, mas a população continua se queixando das frequentes quedas de energia, tanto na área urbana quanto na área rural. Diante disso, solicitamos estudos no sentido de se instalar uma central de abastecimento de energia elétrica para atender os moradores do dito município, uma vez as quedas de energia vêm prejudicando famílias, comerciantes bem como causando prejuízo aos produtores da agricultura familiar, que perdem seus produtos que dependem de refrigeração. Por último, senhor presidente, eu quero apresentar uma moção de pesar à Grande Assembleia Aty Guasu, ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e à Funai de Ponta Porã e de Dourados, em razão do falecimento do Grande Ñanderu Kaiowá Atanásio Teixeira, um dos maiores rezadores da história kaiowá e guarani. Tinha 101 anos de idade este rezador do povo kayowá-guarani. "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, legítima representante das aspirações e dos ideais do povo sul-mato-grossense, por proposição do deputado estadual Pedro Kemp, aprova a moção de pesar à Grande Assembleia Aty Guasu, ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e à Funai de Ponta Porã e de Dourados, em razão do falecimento do Grande Ñanderu Kaiowá Atanásio Teixeira, um dos maiores rezadores da história kaiowá e guarani. Conhecido como Ñamoi (vovô) Ataná por lideranças e rezadores de diferentes comunidades de Mato Grosso do Sul, Atanásio Teixeira foi um importante ñanderu para o seu povo, sendo grande conhecedor das várias técnicas do xamanismo kaiowá. Forte referência da cultura tradicional, Atanásio foi um dos precursores, na década de 1970, dos grandes rituais religiosos e do Aty Guasu, movimento histórico de luta pela recuperação dos territórios kaiowá e guarani. Atanásio era um dos poucos guardiões do rito tradicional de passagem kaiowá e guarani, Kunumi Pepy. Hoje, muitas gerações caminham protegidas pela bênção sagrada de suas mãos. Tendo como sua terra natal a Mbarakai, Atanásio defendeu seu território com a própria vida e partiu sem ver



a demarcação de sua terra. Encontrou exílio na adeia Limão Verde, em Amambai. Seu sonho de devolução e demarcação das terras guarani-kaiowa ficam para as próximas gerações". Então estamos apresentando, senhor presidente, essa moção de pesar pela perda dessa grande liderança da espiritualidade do povo kaiowá e guarani, justamente no 19 de abril, que é o Dia do Índio, dia dos povos indígenas. É bom lembrar que agora no governo federal, governo do presidente Lula, nós temos o Ministério dos Povos Indígenas, temos a Funai, que é presidida por uma indígena; e temos em vários estados, já tomando posse como coordenadores das Funais regionais, lideranças indígenas. E aí, marcando o Dia do Índio, temos o protagonismo do índio hoje, à frente desses órgãos que têm a ver com a política voltada para os povos indígenas do país. Fica o registro e esperamos que daqui para a frente os nossos indígenas possam assumir cada vez mais postos de direção, espaços de poder, para fazer valer os direitos dos povos indígenas brasileiros. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Gostaria de solicitar aos nobres colegas, em virtude do atraso (estávamos aguardando a reunião da CCJR), que observássemos o tempo regimental do Pequeno Expediente para que todos tenham a oportunidade de falar... Com a palavra, o deputado Junior Mochi, três minutos, no Pequeno Expediente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, meus cumprimentos. Primeiro, senhor presidente, quero justificar um pouco a nossa demora na CCJR. Ocorre que hoje mais de quinze matérias foram apreciadas e votadas na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por isso que se estendeu um pouco o nosso horário. Tenho três indicações. A primeira é endereçada ao senhor prefeito de Coxim, Edilson Magro, e ao Setor de Planejamento Urbano da Prefeitura de Coxim, por cópias autônomas, solicitando a elaboração de projeto de pavimentação asfáltica das ruas Pará, Alagoas, Sergipe, Sn 1003, Sn 1105, travessa Sobral, travessa Fortaleza, travessa Santarém, travessa Belém e travessa Maceio, no bairro Morada dos Altos São Pedro, em Coxim. A proposição encontra justificativa no anseio da população e no pedido do vereador Carlos Henrique, firmado pelo presidente da Câmara Municipal de Coxim, Ademir Peteca. A segunda indicação vai para o secretário de estado de Fazenda, senhor Flávio César Mendes de Oliveira, e ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a viabilidade de recursos para que seja efetuada uma reforma geral na Escola Estadual Doutor José Manoel Fontanillas Fragelli, em Angélica. A proposição encontra justificativa no anseio da população e no pedido do presidente do MDB de Angélica, senhor Roberto Teles, e do senhor Mirko Donisete Rodrigues Barbosa. Na última indicação, senhor presidente, solicito que seja enviado expediente deste Poder ao secretário de estado de Fazenda e ao secretário de estado de Educação, por cópias autônomas, solicitando a viabilidade de recursos para que seja efetuada aquisição de computadores para a Escola Estadual Doutor José Manoel Fontanillas Fragelli, em Angélica. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, membros da Mesa, colegas parlamentares. Bom dia ao nosso líder, bom dia aos que nos acompanham, aqui e pela TV Assembleia. Antes de dizer minhas indicações, presidente, quero rapidamente destacar que hoje é um dia de festa para Mato Grosso do Sul, o Dia dos Povos Indígenas. Quero dizer que esta deputada tem um compromisso com a população indígena de Mato Grosso do Sul, em especial com as aldeias de Dourados Jaguapiru, Bororó e Panambizinho. Recentemente esta Casa de Leis recebeu uma indicação desta parlamentar para que o Governo do Estado possa viabilizar uma delegacia de atendimento à mulher na reserva de Dourados para diminuir os índices de violência contra as mulheres indígenas das etnias guarani, kaiowá e terena. Trago hoje uma indicação, presidente, endereçada ao governador Eduardo Riedel, ao vice-governador José Carlos Barbosa e ao senhor Hélio Peluffo Filho, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a recuperação de toda a malha asfáltica da MS-470, que liga Dourados ao distrito de Cruz Altina, passando por Vila Formosa e pelo distrito de Macaúba. A presente proposição nos foi encaminhada pelo vereador Tio Bubi, de Dourados, por meio de ofício, onde ele relata que essa via se encontra em condições precárias, sendo que o excesso de buracos e o desnivelamento decorrente de diversas intervenções de Operações Tapa-Buracos anteriormente realizadas geram insegurança e atraso para o motorista que trafega na região. Também encaminho uma indicação ao senhor Euro Nunes Varanis Júnior, superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) de Mato Grosso do Sul, solicitando os serviços de roçada, limpeza e recolhimento nas margens e acostamento da BR-463, no trecho que vai da saída para Ponta Porã, na entrada do bairro Bonanza, até o Trevo da Bandeira, em Dourados. Esse trecho é bastante povoado, havendo em suas margens diversas residências e comércios: é uma região que cresceu muito em Dourados. O local está com aparência de abandono, o mato tomou conta da via e casas e comércios estão escondidos em meio à sujeira e muito entulho. Por isso é de extrema importância a limpeza do acostamento da BR-463 no referido trecho, medida que vai proporcionar melhores condições de segurança aos motoristas e moradores da região. Trago outra indicação, muito importante, afinal teremos até o fim do ano a inauguração do Hospital Regional que vai atender Dourados e mais trinta municípios da região do Cone Sul... Requeiro à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao governador Eduardo Riedel, ao vice-governador José Carlos Barbosa e ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário de estado de Saúde, solicitando que o antigo Hospital Regional, que fica na rua Coronel Ponciano, na vila Alba aqui em Dourados, continue em funcionamento mesmo após a inauguração do novo Regional, que fica na BR-463. O hospital novo deve estar pronto e equipado até o final do ano, é um compromisso do governador Eduardo Riedel, mas o que estamos solicitando é que o "Regionalzinho", como é chamado, continue atendendo. O novo Regional está sendo construído pelo governo, e será uma unidade de alta complexidade, com leitos e serviços disponíveis à população da região de Dourados. Registre-se que o Hospital Regional da vila Alba possui 32 leitos e realiza uma média de 350 consultas médicas e 208 cirurgias por mês. O novo Regional é muito aguardado, tendo em vista que a unidade de urgência e emergência do Hospital da Vida tem de conviver diariamente com superlotação e déficit de insumos imprescindíveis para um atendimento digno aos usuários do SUS. Por isso, é de suma importância que o Hospital Regional da Vila



Alba continue em funcionamento para atender as mais de 800 mil pessoas que residem na região da Grande Dourados. Não podemos abrir um hospital e fechar outro, daí a necessidade da permanência do antigo. Esta foi uma solicitação feita ao nosso mandato pelo doutor Diogo Castilho, vereador de Dourados pelo PSDB. Por último apresento uma indicação que partiu também do doutor Diogo Castilho, solicitando a implantação do serviço de exame de colangiopancreatografia retrógrada endoscópica (CPRE) no novo Hospital Regional de Dourados. O novo Hospital Regional vai ofertar 210 leitos, entre clínicos, de UTI's adulto, neonatal e pediátricos, numa área de 10.706 metros quadrados. A colangiopancreatografia retrógrada endoscópica é uma técnica que utiliza simultaneamente a endoscopia digestiva e a imagem fluoroscópica para diagnosticar e tratar doenças associadas ao sistema biliopancreático. Para se ter uma ideia da importância dessa solicitação, entre os anos de 2019 e 2021 foram realizadas 19.203 cirurgias bariátricas pelo SUS no país, sendo 12.568 procedimentos em 2019, 3.129 em 2020 e 1.935 em 2021. A queda foi de 77 % se comparado o ano de 2019 com o ano de 2021, e de 23% se comparados 2020 e 2021. A vida e a saúde são os direitos mais elementares do ser humano, pressupostos da existência dos demais direitos, e a implantação desse exame será de fundamental importância para a garantia da qualidade de vida e de acesso à saúde à população sul-mato-grossense. É mais uma indicação do vereador, meu ex-colega de parlamento, doutor Diogo Castilho, do PSDB. É o que tenho para o momento. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Rafael Tavares... Com a palavra, o nobre Deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Senhor presidente, vou apresentar um projeto de lei nesta manhã, que declara de utilidade pública estadual o Instituto Florestinha de Educação Ambiental do Batalhão da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. Com o objetivo inicial de minimizar o problema da invasão por crianças e adolescentes para caçar animais com estilingues numa reserva florestal, no Jardim Presidente, foi criado no dia 23 de novembro de 1992, o projeto Florestinha. Da ideia inicial de minimizar os problemas ambientais surgiu a possibilidade de socializar as atividades, acolhendo crianças e adolescentes carentes dos bairros circunvizinhos à unidade de conservação que, enquanto seus pais precisavam trabalhar para garantir o sustento da casa, iam brincar na rua. Atualmente o projeto Florestinha, da Capital, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) atende 120 crianças e adolescentes carentes. Uma unidade está localizada no Parque Cônsul Assaf Trad e funciona como um centro de educação ambiental, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur), atendendo com trabalhos de educação ambiental em escolas, inclusive, no interior, e recebendo alunos no local de funcionamento do projeto. Por todo o exposto, conto com o apoio dos pares na aprovação desse importante projeto de lei. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Lucas de Lima.



DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia, senhor presidente, bom dia nobres deputados. Quero agradecer aqui à população do Santa Emília, que esteve presente em nosso gabinete popular neste final de semana. Estamos andando por Campo Grande ouvindo a população, e eu tenho várias indicações aqui, de vários bairros da cidade. A primeira é endereçada à prefeita Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, Domingos Sahib Neto, solicitando os serviços de patrolamento e encascalhamento na rua Santa Bertília, no bairro Santa Emília. Outra indicação, também à prefeita, também ao secretário de Infraestrutura, solicitando a urgente troca de lâmpadas nos postes de iluminação pública da rua Borborema, altura do nº 1235, no Jardim Noroeste. A falta de iluminação vem trazendo insegurança aos moradores, que assim ficam presas fáceis de assalto, roubo, furto, além de facilitar o uso de entorpecentes no local. Mais uma indicação, desta vez ao senhor Janine de Lima Bruno, diretor-presidente da Agência Municipal de Transportes de Trânsito (Agetran), solicitando a instalação de um quebra-molas, ou mesmo de um semáforo, na Rua Jornalista Valdir Lato, 2527, no Jardim Aero Rancho. Os moradores reclamam que o grande movimento de veículos pelo local, muitos em alta velocidade, está colocando em risco a vida dos pedestres, principalmente de crianças. Mais uma indicação ao senhor Janine de Lima Bruno, solicitando que seja providenciado um quebra-molas para a rua Ana Jacinta de Oliveira, entre as ruas Catiguá e Adevaldo Almeida Couto, no bairro Paulo Coelho Machado. Os moradores do local alegam que o grande fluxo de veículos em alta velocidade coloca em risco a vida dos pedestres. A próxima indicação é solicitando os serviços da Operação Tapa-Buracos para a avenida Eduardo Elias Zaharan, no bairro Antônio Vendas. As fortes chuvas que caíram recentemente abriram muitos buracos na via, muitas crianças nem estão indo à escola, a rua não tem condições de trânsito de veículos e pedestres. Agora uma indicação ao prefeito de Três Lagoas, senhor Ângelo Guerreiro, com cópia ao senhor Gilmar Araújo Tabones, secretário municipal de Administração, solicitando um estudo sobre a possibilidade de se destinar o espaço físico do antigo Sesi para a nova unidade da Apae. São várias e várias indicações, senhor presidente... Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para encerrar o Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Antes de apresentar minhas indicações, presidente, quero dizer a Vossa Excelência e à Casa que pedi autorização ao deputado Pedro Kemp para assinar com ele a indicação cumprimentando a posse do doutor Ricardo Ayache em mais um mandato como presidente da Cassems. E o fiz, senhor presidente, absolutamente convencido de que estou certo. No início do mandato fiz uma dura crítica à gestão da Cassems... Em todo caso, tenho conversado com o presidente Ricardo Ayache — que é um amigo —, e ele tem assumido comportamentos positivos no sentido de contribuir com o processo de democratização da gestão da Cassems. Portanto, além de cumprimentá-lo, desejando-lhes sucesso, que já tem, ao Ricardo e sua equipe, sua diretoria, quero registrar também que nos meus dois problemas recentes de saúde, um deles o implante de stents, o atendimento que tive no Hospital da Cassems é modelo para o Brasil — do ponto de vista dos equipamentos, do ponto de vista da equipe clínica, do atendimento, da atenção que

aquele povo dedica a cada paciente que lá chega. Portanto eu quero publicamente, com humildade — e reconheço que fui duro, mas a gente tem de ser também capaz de reconhecer com humildade quando erra —, quero cumprimentar o presidente Ricardo Ayache e sua equipe de trabalho. Em segundo lugar, senhor presidente, apresento duas indicações. A primeira, dirigida à ministra Sônia de Souza Silva Santos, Sônia Guajajara, do Ministério dos Povos Originários, que criou um grupo de trabalho aqui em Mato Grosso do Sul para organizar a situação do povo kinikinau, povo que ainda não tem seu território próprio; fica por aí vagando, dependendo das outras etnias... Importante esse ato... só que designou apenas um representante do estado, um pessoal da Apib, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, e ninguém da Assembleia. Daí a indicação, esse requerimento à ministra pedindo-lhe que um representante desta Casa, com a autoridade política que tem, possa participar desse grupo de trabalho. Por último, uma indicação para o presidente da Agraer, Washington Willeman de Souza, solicitando a disponibilização de estufas agrícolas para atender os agricultores familiares do assentamento Recanto do Rio Miranda, no município de Jardim — ambas as indicações com as respectivas justificativas anexas. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Há ainda mais um inscrito no Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, antes de ler a indicação, é com pesar que registro o falecimento de um grande amigo, Antônio Ferreira dos Reis, o popular "Varanda", que era do município de Itaporã. Este homem deixa um legado muito grande, por sua história, por sua vida, ao município de Itaporã. Fez também história no município de Caracol, foi ele que construiu lá o pavilhão de exposições, de rodeio, com a ajuda do governador Reinaldo Azambuja e do então secretário Eduardo Riedel. Tem também uma história muito bem escrita no município de Nioaque, onde tem uma propriedade, a Fazenda Morrinho. Eu mandei fazer um levantamento de todo o histórico da sua vida, da sua história, que é muito linda, e amanhã apresento aqui na Casa uma moção de pesar pelo falecimento do meu querido amigo, companheiro de pescaria, o "Varanda". Bem, a indicação é endereçada ao senhor Pedro Caravina, solicitando obra de substituição na rede de esgoto instalada Conjunto Habitacional Maria Ermínia da Silva, localizado no município de Jateí. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: vinte e duas indicações (Prot. nºs 01647/2023, 01648/2023, 01662/2023, 01649/2023, 01663/2023, 01652/2023, 01660/2023, 01666/2023, 01661/2023, 01667/2023, 1668/2023, 01669/2023, 01670/2023, 01671/2023, 01673/2023, 01654/2023, 01653/2023, 01651/2023, 01672/2023, 01674/2023, 01675/2023, 01676/2023); três moções de congratulação (Prot. nºs 01664/2023, 01665/2023, 01650/2023). De autoria da deputada Gleice Jane: uma indicação (Prot. nº 01681/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: um projeto de lei (Prot. nº 01685/2023); dois projetos de resolução (Prot. nºs 01677/2023, 01679/2023). De autoria do deputado João Henrique: uma moção de repúdio (Prot. nº 01682/2023). De autoria do deputado João Mattogrosso: cinco indicações (Prot. nºs 1659/2023,

01658/2023, 01657/2023, 01656/2023, 01655/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 01632/2023, 01631/2023); um requerimento (Prot. nº 01630/2023); um projeto de lei (Prot. nº 01629/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: seis indicações (Prot. nºs 01639/2023, 01640/2023, 01641/2023, 01642/2023, 01643/2023, 01646/2023); um requerimento (Prot. nº 01638/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 01644/2023, 01645/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 01689/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: três indicações (Prot. nºs 01688/2023, 01690/2023, 01692/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma moção de congratulação (Prot. nº 01691/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: um requerimento (Prot. nº 01678/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma moção de congratulação (Prot. nº 01694/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 01693/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: três indicações (Prot. nºs 01633/2023, 01687/2023, 01686/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: uma indicação (Prot. nº 01628/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 01680/2023). De autoria do deputado Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 01683/2023). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor Presidente, gostaria de inverter o meu tempo com o deputado Professor Rinaldo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por inversão do tempo, com a palavra no Grande Expediente o deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador — Bom dia, presidente Gerson, presidente Londres. Bom dia, colegas, senhoras e senhores que prestigiam nossa Sessão, imprensa aqui presente. Senhor presidente, pretendo usar apenas um terço do meu tempo, já agradecendo ao deputado Renato Câmara pela inversão comigo: serei breve. O deputado Zé Teixeira me pediu dez minutos, mas vou lhe dar vinte... Mas eu quero falar de um tema extremamente fundamental. Reiteradas vezes usamos esta tribuna para questionar o poder público estadual e municipal acerca da saúde, deputado Zé Teixeira. Ontem recebi no gabinete a diretoria da Apae. Quem não conhece a Apae imagina que ali é só uma escola que atende crianças com Síndrome de Down... Mas a Apae é muito mais que isso, ela oferece um trabalho fundamental, faz inclusive alguns diagnósticos, deputado Pedrossian Neto, que nem o poder público estadual ou federal tem. A Apae há muito tempo tem essa expertise de diagnosticar algumas patologias, algumas síndromes, algumas doenças cujo diagnóstico somente eles têm condições de fazer. Dentre tais atendimentos, está o oferecido pelo Centro de Reabilitação Ortopédica. E ontem ao receber a diretoria da Apae — o presidente Luiz César Nocera, que assumiu no lugar do Toninho [Antônio José dos Santos Neto], o Paulo Muleta [2º diretor-secretário], colega meu, professor na UFMS, e o senhor Nilo [Nilo Sérgio Leme, coordenador-geral] —, eles me apresentaram algumas imagens demonstrando que se a criança não faz a cirurgia ortopédica, deputado João Mattogrosso, no momento certo, ela vai sofrer *ad aeternum*; chega o momento em que ela não tem mais

condições de frequentar a escola, nem à própria cadeira ela consegue se adaptar, devido à patologia ortopédica. É com muita tristeza que eu lembro que o Hospital do Trauma, inaugurado pelo governador Reinaldo Azambuja, só ficou pronto depois de vinte e três anos, o que é uma vergonha para o poder público. A pedra fundamental foi colocada pelo avô do Pedrossian Neto — vinte e três anos atrás! Eu soube de muitas histórias, e não foi algo pontual, muita gente esperando uma cirurgia ortopédica há um ano, há dois anos, há três anos. Acreditem os senhores e senhoras que aqui nos prestigiam, eu soube dum caso de uma senhora que lamentavelmente perdeu a vida (três anos atrás) depois de nove anos aguardando uma cirurgia de quadril! Pois ontem a diretoria da Apae nos trouxe um pedido de emenda parlamentar. Eu sei que o governo do estado investiu bastante, estive lá com o Geraldo Resende inaugurando um prédio maravilhoso... Agora o que eles querem é um centro cirúrgico para atender essas crianças especificamente na área ortopédica. Quando o deputado Junior Mochi, ou melhor, o deputado Paulo Corrêa era o presidente, nós conseguimos atender, numa emenda coletiva, o Hospital do Câncer, a Maternidade, o São Julião e a Santa Casa. E eu sei que as nossas emendas, deputado Marcio, nosso líder, devido à grande demanda que temos, elas são pequenas, não conseguimos atender nem a 20% das demandas, deputado Antonio Vaz, que chegam até os nossos gabinetes. Bom seria, presidente Gerson, que houvesse uma simetria, que tivéssemos os mesmos 75%. Parece-me que a bancada federal, deputado Zeca do PT, chegou a 30 milhões agora a emenda individual [*fala fora do microfone*]... Quarenta milhões! O ideal, deputado Pedro Kemp, é que tivéssemos 75% que é a mesma simetria que a Constituição Federal nos assegura. Esse seria o ideal, mas estamos avançando, ontem recebemos aqui o governador que, de forma muito educada como sempre, que é uma das suas características peculiares, me falou de um estudo que pretende fazer para que ano que vem consigamos ampliar isso aí. Eram 800 mil quando cheguei aqui, deputado Zé Teixeira, 800 mil! Com o tempo, o governador Reinaldo aumentou para um milhão e meio: dobramos. E agora dois milhões, sendo que desses dois milhões, 60% serão destinados especificamente para a saúde; aí sobram 40% para dividir entre as áreas da cultura, esporte, agricultura familiar. E as instituições que fazem um trabalho brilhante, o poder público não tem a expertise para fazer o que elas fazem; não têm o especialista para atender o dependente químico...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Permite um aparte?...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Já concederei... O padre Valdeci... eu e o deputado Pedro Kemp já fizemos uma emenda coletiva para eles. Quem que faz um trabalho como o que a Cotelengo faz?!... Não existe, nem prefeitura, nem governo estadual, nem governo federal; são pessoas que receberam de Deus essa missão tão nobre; porque a profissão você escolhe, mas a vocação de servir é Ele que escolhe, é Deus. Essas pessoas batem à nossa porta pedindo, e ontem recebi a diretoria da Apae. Anotei aqui, deputado João, e já ouvirei Vossa Excelência, anotei o nome de todos os colegas, e aqueles que quiserem ser signatários dessa emenda de 50 mil reais, para eles investirem nessa área, serão muito bem-vindos. Isto é fundamental já que lamentavelmente está muito delicada a questão do trauma, eu sei que a Santa Casa não consegue atender a uma demanda tão grande, devido ao grande número de pessoas que se acidentam em Campo

Grande, proporcionalmente aos índices do país; infelizmente. Mas eu tenho certeza que esses centros cirúrgicos, quando colocados em prática, deputado João, vão minimizar grandemente o drama dessas crianças. Então reitero, aqueles que quiserem assinar: por favor. O deputado Junior Mochi também é parceiro da Apae, já assinou aqui comigo, e também o João Mattogrosso. Aqueles que quiserem, está aqui o documento, para que façamos essa emenda coletiva para atender a Apae de Campo Grande e do estado. Deputado João, Vossa Excelência está com a palavra.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Rinaldo, agradeço o aparte de Vossa Excelência. Hoje está sendo um dia muito tranquilo para a minha pessoa, então estou tentando minimizar inclusive as minhas críticas... Mas ouvindo seu pronunciamento, não posso deixar de me somar a Vossa Excelência. É preciso de fato reconhecer a importância da atividade parlamentar, a importância das nossas emendas. Tudo isso importa, mas eu acho também que esta legislatura precisa ter um olhar mais moderno sobre as emendas parlamentares, assim como teve o Congresso Nacional em determinado momento. Não adianta ficar olhando para o Congresso Nacional, que hoje tem as emendas impositivas no valor de 1,2% — e vai chegar 2% do orçamento. As nossas emendas parlamentares — e ontem eu dizia isso, Vossa Excelência ouviu, na interpelação que fiz ao governador — correspondem a 0,09%, quer dizer, não chegam a 1% do orçamento: isto é uma vergonha! Mas é uma vergonha não para o governador. É uma vergonha para esse discurso antiquado, ultrapassado, que não dá prioridade ao deputado estadual, a quem primeiro chegam as demandas, como muito bem colocado; ou seja, antes de chegar ao governo as demandas chegam é para nós. Aí eu escuto uns dizendo que o governador passado pagava tanto... O que é que ele pagava? Não pagava nada! Quem detém a titularidade do orçamento é esta Casa; então não é ele que está dando... Se ficarmos esperando, não dá nada nunca, ou não vai dar aquilo que nós devemos devolver para as nossas bases, para atender às demandas e resolver os problemas. Então, com todo o respeito à muito bem colocada fala de Vossa Excelência, que subscrevo, eu entendo que em política nós temos de tomar o espaço: se a gente ficar esperando alguma coisa, não vamos receber nada nunca. Eu por exemplo recebi: um calote. No último ano não me foi pago nenhum centavo de emenda parlamentar. Então nós temos de ter uma conversa muito madura nesta Casa, e tornar isso impositivo, num percentual determinado, acordado, razoável. E pronto. Resolve. E nunca mais ninguém vem nos fazer favor; eu não quero favor, eu quero aquilo que está na lei, aquilo que está na Constituição, e quero cobrar até o centavo. Parabéns pela fala de Vossa Excelência.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Ontem, deputado João, o governador Eduardo Ridel se comprometeu em nos atender inclusive dentro do próprio ano de 2023; e falou, como disse, do estudo para ampliar... E o sonho, naturalmente, é com a simetria preconizada na Constituição federal, é termos os 75% do que tem o deputado federal. Eu quero aqui parabenizar o deputado João Henrique pelo seu aniversário. Que Deus lhe dê saúde, sabedoria, que Vossa Excelência continue representando o estado com muita veemência, aliás uma das características de Vossa Excelência... Mais uma vez agradeço ao deputado Renato, que me deu a oportunidade de falar da Apae. Espero que um dia Campo Grande, nosso estado, o Brasil, nossos irmãos brasileiros, deputado Coronel David, tenham seu direito



assegurado na hora em que mais precisam, no momento da vulnerabilidade física e emocional, no momento da dor, deputado Zeca — Vossa Excelência que foi governador do Estado —, para que o paciente não precise ficar anos a fio em vão esperando pela cirurgia, como aconteceu com aquela senhora cujo caso comentei aqui na tribuna, nem mexia mais o músculo do rosto... Nove anos! Eu fui ao velório dela, eu falei com o secretário na época, com o prefeito da época... Esse é o momento da empatia, nós temos de ter empatia com o nosso semelhante, nós não podemos morar num estado tão rico como o nosso, um dos melhores da Federação, com um dos melhores índices na geração de emprego e renda, e ao mesmo tempo conviver passivamente com uma situação assim. Vejam o nosso estado! A questão da Bioceânica. Mato Grosso do Sul é conhecido e reconhecido pela sua diversidade natural... E de repente você vê seu irmão em cima de uma cama, como eu vi a dona Francisca: nove anos esperando uma cirurgia. O Hospital do Trauma foi criado com esse objetivo. Levou vinte e três anos para ser inaugurado, deputado Pedro Kemp, vinte e três anos depois de iniciado! Eu estava na inauguração. Só vinte e três anos depois de iniciado foi equipado. À época a prefeitura não deu conta; nem se pode culpá-la, não é porque o deputado Lidio está presente, não, eu sempre digo: a prefeita assumiu num momento difícil. Eu não gostaria de estar na pele dela, pela tamanha demanda que há em todas as áreas. Que Deus abençoe a vida dela, seu secretariado. Mas nós não podemos achar normal alguém ficar tanto tempo esperando. Por isso, se Deus permitir à Apae a instalação desse centro cirúrgico para atender essas crianças que estão em cima de uma cama, que estão numa cadeira de rodas, eu tenho certeza que isso vai minimizar os problemas, inclusive para o próprio poder público, prefeitura e governo do estado. De novo lembro àqueles que quiserem ser signatários dessa emenda coletiva, que é só assinar: cinquenta mil reais de cada um para ajudar a Apae. Agradeço de coração a todos os amigos. Agora sim, palavra dada, palavra cumprida: quero conceder mais da metade do tempo que o deputado Renato me concedeu a um dos decanos desta Casa, deputado Zé Teixeira. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Gostaríamos de cumprimentar a minha chefe (minha e do João Henrique Catan), senhora Juliana, e o jovem deputado João Henrique, que estão de aniversário hoje. Parabéns em nome da Casa. Cumprimento a professora Catarina Giroldo, acadêmica do curso de Jornalismo da UFMS, e Dafne Gonzaga, Raíssa Rojas, Ana Beatriz Leal e Murilo Medeiros. Cumprimento o senhor Joaquim Passos, vice-prefeito de Aquidauana; Paulo Borges, o "Bodinho", vereador do município de Paranaíba. Cumprimento o nosso amigo Rober Mauro, o "Rober do Táxi", vereador de Nova Alvorada do Sul; senhor Gerson Xará Moura Júnior, vereador do município de Camapuã; senhor Valdomiro Bocalan, vereador do município de Costa Rica. E cumprimento também o presidente (ainda presidente) da União das Câmaras, vereador Giovani Vieira dos Santos, do município de Jateí. Continuando no Grande Expediente, com a palavra, o nobre deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Presidente, senhores deputados. Hoje trato de dois assuntos muito importantes; o tempo é um pouco escasso mas vou tentar fazê-lo com brevidade. Hoje é 19 de abril, data em que se comemora o Dia dos Indígenas, nosso primitivo povo que aqui já

estava quando os portugueses chegaram. De manhã liguei a televisão e com muita atenção vi uma entrevista de um assessor dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, doutor Elói. Diz ele que há vários e vários processos em Mato Grosso do Sul, acrescentando que acionou na Funai um corpo jurídico para tratar dos assuntos e dos processos aqui do estado. Primeiro, eu entendo que está correto ele acionar um corpo jurídico para tratar do assunto das invasões, afinal são mais de 120 invasões em Mato Grosso do Sul de terras tituladas, de propriedades legítimas, sendo que muitas continuam trabalhando, dando emprego, gerando renda, produzindo, e com parte da área ocupada há mais de vinte anos. Então, quando ele diz que é preciso arrumar um corpo jurídico para estudar o assunto, acho correto, e de uma importância fantástica. Há uma fazenda no município de Juti; aos meus vinte e sete anos (hoje estou com oitenta e tantos) eu fui funcionário dessa fazenda e ajudei lá na formação das pastagens — a fazenda Brasília do Sul, de um grande amigo meu, que faleceu aos 103 anos, senhor Jacinto Onório, propriedade que segue nas mãos da família. Pois essa fazenda divide a invasão e a produção; ela separa de um lado a produção de soja e a criação de gado, enquanto parte da fazenda está ocupada por invasores, lá no município de Juti. Então eu entendo que invadir uma propriedade privada, legalizada, com posse, com domínio, e com título do estado, é uma agressão muito forte. Na minha visão, quando o índio entra numa propriedade em busca do seu território originário, que dataria de 1500 quando o Brasil foi descoberto, ele está fazendo uma coisa não em seu nome, ele está fazendo uma coisa — na minha visão — em nome do maior mandatário do país, que é o presidente da República. O índio não tem propriedade, ele não tem título; toda a terra que eles invadem, ainda que possa se transformar numa terra de ocupação indígena, será incorporada ao patrimônio da União e o índio vai ser usufrutuário. Então, transformar em terra pública da União uma terra privada, para mim isso é uma agressão do governo federal. Eu entendo que o governo federal deveria fazer com que os dois segmentos andassem juntos, tanto os índios como o setor produtivo. Não se deveria deixar estender por vinte anos uma luta jurídica sem uma interferência efetiva do governo federal; e nem estou falando do atual, porque o que saiu poderia ter feito: desapropriado a bem do serviço público, ou por ser de utilidade pública, como foi o caso de Dois Irmãos do Buriti... Em Dois Irmãos do Buriti estão aí 17 mil hectares rolando há anos, invadida; depredaram, queimaram, destruíram, não aproveitaram nada os índios, e os proprietários estão fora das fazendas, alguns até convivendo com o invasor — de mil hectares, por exemplo, duzentos ocupados pelos índios e oitocentos ocupados pelo dono, com escritura centenária, documentada pelo governo! A primeira lei promulgada no Brasil para proteger os índios é de 1910, lei que criou o serviço de proteção aos índios, situação que se estendeu até o governo militar, em 1964. O governo militar tirou a propriedade das mãos do índio, a titularidade era das etnias, como acontece com qualquer produtor rural. A única diferença é que depois da Proclamação da República houve um incentivo para as pessoas virem para cá desenvolver, progredir, criar este estado maravilhoso, como é Mato Grosso do Sul (vieram mineiros, gaúchos, nordestinos, uma grande família de pessoas de várias procedências), aí sim a União titulou terras, vendeu e recebeu — mas aos índios, não. O que se fez foi demarcar os territórios dos índios e os títulos foram entregues às etnias: eu tenho os documentos. A reserva indígena de Dourados, criada em 1917, quando chega 1994 e ela é medida, acusa-se a falta de cento e poucos hectares... porque se media na treva, não era como hoje,

com GPS... E hoje temos as invasões, entre a reserva indígena e a cidade de Dourados. Outro dia invadiram um condomínio, com os construtores, funcionários todos lá trabalhando, mesmo assim houve a invasão; mas houve prisão. Hoje, a presidente da Funai, que não sei se entende alguma coisa (não pode ajudar em nada os índios), disse que viria a Mato Grosso do Sul para ver a prisão dos índios. O que eu tenho de notícia, verdadeira, é que isso não tem nada a ver com os índios da Bororó nem da Jaguapiru: foram seis ou sete paraguaios que vieram lá de Ponta Porã, invadiram o condomínio e foram presos. É a notícia que eu tenho. Então nós precisamos saber o que que é certo e o que que é errado. Não pode haver nada errado no setor produtivo, e não pode haver nada errado do lado dos indígenas, ainda mais que o índio, que hoje comemora o seu dia, teria de ser respeitado pelo governo federal, deveria ser respeitado por todos nós, porque os índios são cristãos como nós. Mas como comemorar?!... A reserva indígena de Dourados é populosa, mas é só ir lá para ver que, onde não há uma residência, é um matagal de braquiária. Porque o Ministério Público proibiu os índios de fazer parceria com o banco, que ocupava a terra, lavrava, plantava, ajudava os índios... Não pode mais! Os kadiwéus arrendavam suas terras e viviam bem, arrendavam para produtor rural, que por sua vez colocava gado, contratava os kadiwéus para administrar — e os pagava. Mas agora o arrendamento não pode! Agora os kadiwéus dependem do governo federal. Qualquer um pode examinar o caso das reservas de Mato Grosso do Sul, que depois do governo militar de 1964 foram incorporadas ao patrimônio da União, titularidade que antes era das etnias... É, mas vá lá no cartório de Dourados, no 1º Ofício, para ver: até hoje a Jaguapiru e Bororó não estão em nome da União. É pegar a certidão e ver, está assim: "Reserva Indígena Horta Barbosa"... Nem em nome da União a terra está, e onde há praticamente uma cidade; a Jaguapiru e a Bororó hoje não são mais uma reserva indígena, na minha visão; são parte da cidade de Dourados, e precisa fazer investimentos ali, de saúde, etc. No governo da presidente Dilma, ou no segundo governo do presidente Lula, não me lembro bem, fizeram uma vila olímpica lá na reserva indígena... só que não puseram ninguém para cuidar, não puseram ninguém para zelar. Vão lá ver o que que fizeram com o dinheiro público: está lá, não sou eu que estou falando. Vocês podem ir lá ver com seus próprios olhos: tudo depredado, tudo quebrado, estragaram uma coisa linda que fizeram, quadra de esportes, ginásio, banheiro... vá lá ver!... Não há quem cuide, não há quem zele, ninguém instrui, orienta. Porque você não pode comparar o silvícola, o índio que mora na selva, com o índio aculturado. E hoje o seu Elói disse o seguinte, que os índios desaldeados que moram na cidade têm de conversar com os prefeitos sobre a possibilidade de uma parceria para fazer um loteamento urbano. Agora com o produtor rural, que é dono, aí pode invadir. Na cidade não pode invadir, na cidade tem de conversar com o prefeito, fazer um programa, criar um loteamento, dividir, construir casa em parceria com governo federal, estadual e municipal. Na cidade não pode invadir, se não é cidade, aí pode: são 123 propriedades invadidas no estado de Mato Grosso do Sul. Para concluir, presidente, eu quero aqui dizer que sempre trabalhei no setor produtivo, desde criança, criei minha família no setor produtivo, filhos, netos, etc. — apesar de haver engenheiros, médicos, agrônomos, advogados, todos trabalham na lavoura. Então, com base na minha longa experiência, eu quero dizer que é preciso respeitar e valorizar esse setor da produção, do agronegócio, que sustenta a vida, porque quem alimenta a vida é a comida; e tudo que você tem dentro de casa vem desse setor.

Essa madeira aqui de onde veio? Veio do setor produtivo, aquele pano veio do algodão, tudo é assim: a roupa que usamos, o leite e o suco que tomamos, o arroz que comemos, o feijão que comemos... A carne que comemos vem de onde? Vem de quem trabalha e produz, e que além de trabalhar e produzir, gera a maior quantidade de emprego agregado do mundo! Porque não é só no campo que a soja gera emprego; lá gera emprego para plantar, gera emprego para colher, mas gera também emprego na fábrica que faz a máquina que semeou, que colheu: da soja provêm setenta e oito produtos, é daí que se engorda o porco, o boi... Então eu fico com tristeza! Porque o simples fato de fazer uma previsão pode já ser motivo para você responder, pela Constituição, por um crime. Eu vejo com tristeza essa declaração do Stédile, na companhia do presidente Lula na China, quando ele fala do "Abril Vermelho", que vai haver invasões, sim, em propriedade rural. Isso eu olho com tristeza! Porque se a propriedade, como está na Constituição, não cumprir a dita função social, se o produtor rural não cumprir uma meta, se ele não tiver tantas cabeças de gado, se não produzir tantas sacas de soja, tantas de milho, isto é, se sua terra é improdutiva, a propriedade é passível, sim, de ser desapropriada; paga-se a benfeitoria ao produtor rural, e paga-se a terra nua em vinte anos com TDA [Título da Dívida Agrária]... Beleza... Mas quem tem de decidir, e há o satélite pra isso... Aqui nós podemos usar 20%, no Mato Grosso, podem usar 50%, e na Amazônia podem usar 20%; quem mora na Amazônia tem de preservar 80%. Lá atrás, o então presidente João Figueiredo distribuiu terras no norte dizendo "plante que o João Garante", e o produtor podia usar 50%. Agora, dos 50% que ele abriu, há 50, 60 anos atrás, o produtor tem de plantar floresta em 30% disso, porque ele só pode usar 20%. Assim é melhor dar a terra para o governo. Se eu tivesse terra na Amazônia, que não tenho, se fosse para usar 20% eu pegava a terra e fazia uma doação para o governo federal: preserve você, governo, porque não para viver, trabalhar, produzir, pagar as despesas, criar minha família usando só 20% de uma coisa e pagando taxas sobre 100%. Espero que alguma coisa ilumine a cabeça do ministro da Agricultura, que ilumine a cabeça do presidente Lula; desejo que ele faça um governo para todos os brasileiros; sou veementemente contra o que aconteceu no dia 8 de janeiro, não é assim que se faz, aquilo nos desmoralizou a nós brasileiros perante nós mesmos e perante o mundo, não é daquela forma que se vai construir uma democracia; e a democracia, na minha visão, é o melhor regime do mundo... Apesar de que hoje já querem limitar o que eu devo falar, o que eu posso falar e o que eu não posso falar. Então eu vim aqui com tristeza dizer que o seu Elói falou de arrumar um corpo jurídico... Está certo, se vai arrumar um corpo jurídico é para fazer as coisas dentro da lei, meu querido amigo, ex-governador, amigo de coração, fui deputado no seu mandato por oito anos. Vossa Excelência, deputado Zeca, sabe da minha conduta como deputado durante o seu governo: como produtor rural avalizei, ajudei e defendi o melhor projeto que existe hoje, que é o Fundersul, apesar de o setor produtivo querer a minha força... Não tem importância, porque hoje, sem o Fundersul, não haveria como fazer asfalto numa cidade; e nada mais justo, afinal é a pessoa que mora na cidade que gasta combustível, e a maior fonte de recurso do Fundersul provém justamente do combustível, álcool, gasolina e o diesel. Então mais do que justo atender a cidade, tapar os buracos, para evitar mortes, evitar desgaste, destruição. Vossa Excelência, deputado Zeca, sabe que tudo dentro da lei é correto, que tudo fora da lei não é correto. Muito obrigado, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM do DIA**. Item 1. Projeto de Lei nº 064/2023. Autor: deputado Renato Câmara. "Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Procons do estado de Mato Grosso do Sul, com sede no município de Dourados". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 064/2023, de autoria do Deputado Renato Câmara.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLACE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique? Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk? Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares? Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka? Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Dezenove votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Projeto de Lei nº 052/2023. Autora: Mesa Diretora e outros. "Altera a Lei nº 4.091, de 28 de setembro de 2011, que institui o Estatuto dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Combate à Violência Doméstica e Familiar emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 052/2023, de autoria da Mesa Diretora e outros.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) – Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Dezenove votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 094/2023. Autor: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. "Altera a Lei nº 1.425, de 1º de outubro de 1993, que dispõe sobre o Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (FUNTC), e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 094/2023, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) – Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?



DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte um votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 095/2023. Autor: Tribunal de Contas. Mensagem Pres/TCE/MS - "Repõe os vencimentos dos servidores do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas



do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 095/2023, de autoria do Tribunal de Contas.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNADES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e um contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica: 5 requerimentos, 63 indicações e 4 moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vai ao Expediente. Não há moções de pesar para hoje. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pela ordem de inscrição, com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Deputada Mara Caseiro. Transferida. Deputado Rafael Tavares... Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — sem revisão do orador —

Bom dia, presidente, membros da Mesa! Bom dia a todos! Trago uma pauta, um assunto do qual tomei conhecimento hoje ao ler o jornal Correio do Estado. Diz a matéria que a arrecadação do estado de Mato Grosso do Sul atingiu 5 bilhões no primeiro trimestre de 2023. Isto aparentemente soa até como uma notícia boa: vejam que bom, Mato Grosso do Sul está com arrecadação recorde. Nós sabemos porém que dinheiro não nasce em árvore, que o estado não gera riqueza; sabemos que esse dinheiro aqui, que está na capa do Correio do Estado, vem do contribuinte, do cidadão que paga imposto. Pois bem. Nós sabemos também que o governo Reinaldo Azambuja bateu recordes de cobrança de impostos, aumentou bastante as alíquotas, e foi uma luta danada para conseguir baixar o ICMS da gasolina, não sei se vocês se lembram... somente via judicial é que conseguimos reduzir o ICMS da gasolina na época. Mas o governo Reinaldo Azambuja passou, passou e chegou o substituto, Eduardo Riedel, que prometeu em campanha o seguinte: "Riedel defende ampliar projetos sociais e reduzir impostos". Está aqui, no Campo Grande News. E aqui vou ler parte da fala do governador, onde ele diz que "excesso de impostos gera redução nos investimentos e, em consequência, diminui a oferta de empregos". Vamos estar atentos a isso; concordo com o governador: aumento de imposto realmente afugenta o mercado, cria desemprego, dificulta a vida do contribuinte e dos empresários. Pois bem. Este mês nós tivemos um aumento de mais 50% no ICMS da energia elétrica e também das telecomunicações. Ou seja, o telefone de todos nós aqui vai ficar mais caro, e a energia elétrica também. Bom, a gente sabe que era uma prática comum do governo Reinaldo Azambuja subir impostos. Isto nós sabemos, mas o Eduardo Riedel prometeu não subir impostos... Então a minha pergunta que fica aqui é a seguinte: o atual governador mentiu em campanha que não subiria impostos, ou quem governa o Mato Grosso do Sul hoje é o ex-governador Reinaldo Azambuja? Somente isso, presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Um aparte?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim, claro.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — É uma enorme satisfação ouvir essa declaração de Vossa Excelência, deputado Rafael Tavares, principalmente porque vamos inaugurar aqui nesta Casa uma nova jurisprudência, digamos assim, de atuação. Nós fizemos uma moção de repúdio ao governador Eduardo Riedel, já entrou no sistema da Casa, espero que a votemos amanhã, pela questão dos aumentos de impostos. São vários, e em parâmetros estratosféricos, são promessas não cumpridas; e quem paga a conta? Quem paga a conta, deputado Rafael Tavares, é o contribuinte, é o agro, que têm a energia elétrica mais cara, a gasolina mais cara. E o governador Eduardo Riedel tem condições de, por decreto, reduzir imediatamente isso aí. Ontem Vossa Excelência esteve na reunião junto com este deputado, e escutou como eu que existe em Mato Grosso do Sul uma espécie de colchão confortável no que tange à arrecadação, ao aumento de tributos: hoje o estado goza de um bom colchão tributário. Vossa Excelência tocou no fulcro da questão ao dizer que parece que existe outro governador na direção: e é verdade. Antes era interessante declarar-se bolsonarista, uma das bandeiras do presidente Bolsonaro era tornar a gasolina mais

barata, a energia mais barata. Mas aí vem o Supremo e inverte a decisão, interfere na questão política, e o resultado é o que estamos vendo. Mas hoje o governador, por decreto, tem a possibilidade de reduzir, de suavizar, de diminuir tributos; ele pode mandar o projeto para esta Casa... Na calada da noite, em dezembro, já que o Supremo decidiu, fez-se um decreto revogando um decreto, fez-se uma repristinação, deixando-se a coisa como estava. Os que nos vão suceder aqui no debate, deputado Rafael Tavares, vão dizer que é o Supremo que está obrigando, que eu não tenho mais como reduzir tributo, que sou obrigado a deixar a conta mais cara, eu não posso fiscalizar o contrato da Energisa... A gente propõe CPI da Energisa aqui e chovem empecilhos da Governadoria, má-vontade, mandam tirar assinatura, pôr assinatura... Eu participei da instalação da CPI da energia, sei como é. Quer dizer, nós não podemos fazer nada que suavize a vida do sul-mato-grossense. Deus queira, deputado Rafael Tavares, que Vossa Excelência siga comigo até o final do mandato; Vossa Excelência terá ainda oportunidade de subir à tribuna para fazer as denúncias, a fiscalização de que a gente precisa. Quer dizer então que eu sou obrigado a cobrar esse tributo, um dos mais caros? E a substituição tributária? E o garantido? Como é que ficam as várias promessas que vieram da campanha deles?... O governador se elegeu com a promessa de baixar o diesel, com a promessa de baixar o combustível, com a promessa de acabar com o imposto garantido, de acabar com a pauta fiscal, que é o estratagema da supervalorização do seu produto, que fica mais caro do que você consegue vender, para ele poder tributar: todo empresário sofre com isso. Vossa Excelência, quando sobe na tribuna, deputado Rafael Tavares, não está sozinho. Vossa Excelência está falando pelo estado de Mato Grosso do Sul... "Ah, mas agora não dá"... Mande o projeto para nós. "Ah, eu não posso mandar o projeto"... Então, como bem assinala o deputado Rafael Tavares, quando você faz esse tipo de promessa em campanha e depois esquece, afinal o que é que você estava fazendo? Ou bem você não é preparado para ser governador, já que não foi capaz de prever que não poderia cumprir o prometido; ou bem você mentiu e agiu com má-fé. Eu quero saber: qual pessoa é afinal de contas o governador? É o despreparado ou é o mentiroso?! A gente não pode conviver com essa dualidade: ou uma coisa ou outra. Muito bem colocado por Vossa Excelência. Agradeço a oportunidade de apartear-lo nesse debate.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Obrigado, deputado João Henrique. Por favor, deputado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, deputado Rafael Tavares. Bom dia, aniversariante. Você havia prometido pegar leve no dia do seu aniversário, mas não houve jeito. Bom. Com todo o respeito que eu tenho por Vossas Excelências, eu gostaria de discordar. Discordo primeiro com a forma, com o trato do nosso governador Eduardo Riedel, que pela investidura do cargo, pela responsabilidade com que tem conduzido o estado de Mato Grosso do Sul, não merece tais adjetivos. O deputado João Henrique pergunta qual é o projeto do governador Eduardo Riedel na parte tributária. Bem. Eu quero chamar a atenção dos presentes para aquilo que nós discutimos semana passada, segunda-feira, por ocasião da visita do secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. Veio então aqui um representante do Ministério da Fazenda para debater com o nosso

governador, com a Secretaria de Estado de Fazenda, com representantes do setor produtivo, na Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (Fiems); veio aqui para debater conosco qual é o projeto de reforma tributária que nós queremos para o Brasil. Está claro no posicionamento do governador Eduardo Riedel que esse modelo que aí está não mais atende aos anseios da economia, da modernidade brasileira. O ICMS faliu como tributo, é de longe o pior imposto desde a redemocratização: é necessário reformá-lo! E de que maneira que nós o vamos reformar? Com puxadinhos? Com decretos regulamentadores? Fazendo populismo aqui e ali, subindo e descendo alíquota, mudando a base de cálculo, mexendo em obrigação acessória, em substituição tributária?!.. Não. O que nós precisamos é reformar não só o ICMS, mas todo o arcabouço tributário brasileiro, no âmbito de uma reforma nacional que atenda aos anseios do País; que congele a carga tributária, que não permita essa elevação que está sufocando o crescimento econômico deste país faz trinta anos; precisamos de uma reforma que minimize bastante essa complexidade, esse cipoal de obrigações que enredam o empresário, o consumidor, que torna consumir no Brasil uma das coisas mais caras do mundo. Esta é a proposta do governador Eduardo Riedel quando chama aqui o Ministério da Fazenda, como quem diz nós somos parceiros, sim, mas de uma reforma tributária séria. Precisamos unificar num único imposto o imposto sobre bens e serviços, o ICMS, o IPI, o PIS, a Cofins... Nós estamos tratando de um projeto de país. É absolutamente deletério amesquinhar uma conversa tão séria, tão importante, tão relevante como essa, ainda mais que foi o próprio governador que nos pediu para fazer esse debate aqui dentro desta Casa. Eu quero dizer que eu e o deputado Paulo Corrêa estamos fazendo a propositura de uma audiência pública para o dia 8 de maio, para que possamos debater a reforma tributária aqui dentro da Assembleia Legislativa. É tema federal? É tema federal. Mas nós temos de ter um consenso em Mato Grosso do Sul em torno de uma proposta que vá atender não apenas o Brasil, mas também Mato Grosso do Sul. Tenho certeza que o governador não vai se omitir com relação a isso, tenho certeza que a política tributária e fiscal deste governo é responsável, tanto que está dando reajuste agora para o servidor. Porque o estado tem boas notas, porque o estado conseguiu atingir certo patamar econômico e financeiro que nos traz estabilidade, que nos permite crescer, num modelo de desenvolvimento sustentável e à altura de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — O tempo acabou, nobre deputado.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Obrigado, deputado Pedrossian Neto, pelo aparte. Para concluir, eu só queria dizer que as promessas são importantes; é importante a promessa desse novo arcabouço fiscal, que na realidade está sendo chamado de "calabouço fiscal do Lula"... Porém, na prática, o que estamos vendo é que o governo atual, do Eduardo Riedel, vai subir 50% do ICMS, na conta de telefone e na energia elétrica do sul-mato-grossense. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra,



o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Só aguardei porque sabia que era o último, senhor presidente. Transfere e vamos encerrar a Sessão.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (11h28min).